



# JOURNAL Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • N° 177 • Quarta-Feira, 10 de Fevereiro de 2017 • [www.portaldogoverno.gov.mz](http://www.portaldogoverno.gov.mz) • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



## NYUSI QUER PROACTIVIDADE NO SECTOR AGRÁRIO

Pág. 3



Governo informado sobre a produção de AMARANTHUS

Pág. 2



Moçambique e Indonésia fortalecem cooperação

Pág. 6



Moçambique registou avanços no combate à caça furtiva

Pág. 10

## GOVERNO INFORMADO SOBRE A PRODUÇÃO DE “AMARANTHUS”

- planta altamente nutritiva e de fácil cultivo



O porta-voz do Conselho de Ministros, Mouzinho Saide

O Governo moçambicano, reunido esta terça-feira, na sua segunda sessão do Conselho de Ministros, foi informado sobre a produção de “amaran-

thus”, uma planta maioritariamente espontânea e passível de ser cultivada a qualquer período do ano em função da humidade dos solos.

“Amaranthus” é uma planta que produz folhas usadas em

diferentes gastronomias nas várias regiões do mundo e do país, em particular. As mesmas dão origem a várias iguarias entre caril, salada e sopa e assumem várias designações. Em Moçambique são designadas de tseke, mboa (bhoya), bonongwe, dhimbwe ou nheua, consoante a zona deste vasto território.

A proposta de massificação da produção deste alimento básico nas famílias moçambicanas é do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), através do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique que, ao longo dos últimos anos, foi pesquisando as potencialidades desta cultura desde a produção, qualidade nutricional até a sua adaptabilidade às condições climáticas.

O amaranthus, ou simplesmente tseke ou bhoya, em algumas línguas nacionais, tem potencial para melhorar a nutrição, aumentar a segurança

alimentar, promover o desenvolvimento rural e apoiar o cuidado sustentável da terra.

No campo nutricional as folhas de amaranthus apresentam um conteúdo elevado de proteína, ferro, cálcio, fenóis, antioxidantes e vitaminas (A e C) e superam as beterrabas e espinafre.

O porta-voz do Conselho de Ministros, Mouzinho Saide, garantiu que já foram produzidas sementes em quantidade suficiente para a comercialização. De referir que parte do estudo, para a massificação do cultivo deste alimento, foi desenvolvido pelo Instituto de Investigação Agrária de Moçambique nos campos de Umbelúzi, distrito de Boane, província de Maputo.

Ainda na mesma sessão o Governo analisou a situação das calamidades naturais, nomeadamente cheias e inundações, bem como o estágio da campanha agrícola 2016/17.



Na produção de comida

## NYUSI QUER PROACTIVIDADE NO SECTOR AGRÁRIO



O Presidente da República, Filipe Nyusi, defende maior proactividade dos quadros do sector da agricultura, sobretudo os ligados ao sector da investigação e da

extensão agrária, de modo a garantir maior produtividade neste sector e tornar o país auto-suficiente em produtos alimentares. O chefe de Estado falou esta quarta-feira, durante a sessão do Conselho Consultivo

do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), realizado no âmbito da visita de trabalho que efectuou aos vários sectores deste pelouro, desde direcções a laboratórios, incluindo estufas de produção animal e plantas, para conhecer com detalhe o sector.

Na sua primeira alocução, o PR disse ter ficado com boa impressão do que viu, entretanto orientou para que se continue a priorizar a investigação na produção agrícola e pecuária, aliando a qualidade da semente ao tipo de solo e ao clima de cada região.

"A investigação deve continuar a trabalhar na combinação da semente com o respectivo solo e clima. Fiquei encorajado com o que vi no laboratório, na medida em que conseguimos competir

com laboratórios internacionais, como os da Áustria ou Austrália", disse, vincando que "vamos priorizar a investigação para produzir com quantidade e qualidade para podermos alimentar todo o país".

Também defendeu a necessidade de se fazer o aproveitamento integral das potencialidades do extensionista, ensinando-o a intervir não só na agricultura, mas também na pecuária.

Por outro lado, o PR apelou ao MASA para apostar na formação, estabelecendo parceria com as instituições de ensino, desde o nível geral, técnico e superior, de modo a induzir os jovens a se apegar a este sector vital para a economia. Nyusi apelou igualmente para que este ramo continue a apostar no desenvolvimento



da cadeia de valor das principais culturas do país, de como forma de garantir que, não haja apenas produção agrícola, mas também condições para o escoamento, armazenamento e comercialização. Num outro desenvolvimento, o governante orientou os quadros do MASA a apostar na gestão racional dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais disponíveis. Depois de escalar as várias direcções nacionais daquele pelouro, nomeadamente a veterinária, extensão agrária, ciências animais, silvicultura e o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), onde recebeu explicações detalhadas sobre actividades que se desenvolvem,

o estadista foi informado sobre o actual estágio da campanha agrícola, bem como as perspectivas da próxima época.

Sobre o estágio da campanha agrícola em curso, o ministro José Pacheco, explicou que o país está a trabalhar, neste momento, com uma área de 5,5 milhões de hectares para a produção de 2,8 milhões de diversas culturas, desde as básicas até as de rendimento, representando um aumento de 14 por cento em relação à campanha 2015/16. No total conta-se com cerca de 4 milhões de camponeses em todo o país.

Especificamente está prevista a produção de 707 mil toneladas de leguminosas,



12,5 mil toneladas de raízes e tubérculos, 2,3 milhões de toneladas de hortícolas.

Nas culturas de rendimento espera-se uma produção de 120 mil toneladas de castanha de caju, cerca de 4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e 80 mil toneladas de algodão. Na pecuária, de acordo com Pacheco, a produção deverá ser de 16 mil toneladas de carne bovina e 3.542 toneladas de pequenos ruminantes, um crescimento de 3,4 e 45,3 por cento em relação à campanha 2016/17, respectivamente. Espera-se igualmente 90 mil toneladas de frango; 2,5 milhões de litros de leite e 15,3 mil dúzias de ovos, entre outros.

Em termos de desafios, o sec-

tor apontou o aumento da capacidade de produção da semente melhorada, por isso está a trabalhar para a montagem de mais laboratórios e para o relançamento das actividades da SEMOC, aumentar a área de irrigação, entre outras.

Fazendo uma análise sobre o informe apresentado, o Chefe do Estado alertou na necessidade de se produzir uma matriz clara, com indicadores detalhadas, as acções a serem desenvolvidas, modo de implementação, recursos materiais e financeiros necessários e disponíveis, períodos de execução e local, bem como os responsáveis de cada projecto.

## MOÇAMBIQUE PROJECTA IMPLANTAR MUSEU DE COMUNICAÇÕES

O país vai contar, dentro em breve, com um museu de comunicações que se vai dedicar à organização do acervo histórico da evolução deste sector.

Para o efeito, foi assinado esta quarta-feira, em Maputo, um memorando de entendimento entre várias instituições públicas ligadas ao sector da comunicação, nomeadamente, o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM), Telecomunicações de Mo-

çambique (TDM), Correios de Moçambique (RM), Televisão de Moçambique (TVM), entre outras, que durante os próximos 18 meses vão implantar a iniciativa, cujo orçamento não foi divulgado.

O museu deverá estar baseado na capital do país e os custos para a sua construção ainda estão em avaliação, segundo uma fonte no local.

O ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, que dirigiu a cerimónia da assinatura do me-

morando que efectiva a criação deste projecto, o museu deve ser capaz de contar a história das comunicações do país, desde o período anterior à colonização até aos dias actuais.

"O museu vai permitir a conservação, registo, pesquisa e divulgação do património nacional histórico, cultural, científico e tecnológico das comunicações no país", salientou.

Além disso, espera-se que sirva para a divulgação, educação, preservação e contemplação do turismo

através da ilustração de instrumentos históricos que marcam a evolução da comunicação em Moçambique.

O material ilustrativo, para além de físico, vai estar disponível também em formato digital, onde para além da exposição dos instrumentos, poderá-se verificar documentários que ilustram detalhadamente a cerca dos objectos e o seu contexto histórico na evolução da comunicação no país.

# NYUSI CONVIDA ESPECIALISTAS INTERNACIONAIS AO DIÁLOGO POLÍTICO



O Presidente da República, Filipe Nyusi, anunciou ter endereçado convites às entidades internacionais para acompanharem o reinício do diálogo político entre o Governo e a Renamo, o maior partido da oposição em Moçambique. Falando esta quinta-feira, em Maputo, durante a cerimónia do seu aniversário natalício, Nyusi explicou ter mantido contactos com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, tendo ambos chegado a um entendimento sobre a indicação de "assessores internacionais" para as partes. "Hoje, dia 9 de Fevereiro, enderecei convite àqueles que vão assessorar ou que vão assistir o processo (do diálogo)", disse o Presidente, que completou 58 anos.

Explicou que o líder da Renamo indicou os assessores que são da sua confiança e que foram aceites pelo governo. Por isso, disse o estadista moçambicano, "emiti as cartas, como Chefe de Estado, para os convidar". Frisou que os especialistas e personalidades internacionais não vão mediar o diálogo político mas sim contribuir no processo de descentralização do país. "Eles não são mediação, mas sim especialistas. Quando se discute a descentralização existe aquilo que é o padrão universal num país com democracia. O mesmo sucede quando se fala de assuntos militares", afirmou o PR. Destacou que são peritos e apartidários. "Até nem sequer conhecem bem a história (de Moçambique). Apenas

conhecem bem os processos que vão monitorar", vincou. Na segunda-feira, após os consensos alcançados com Dhlakama, o Presidente da República indicou os membros que vão integrar a equipe do governo que vai discutir com a Renamo matérias referentes a descentralização e assuntos militares. Integram os grupos de trabalho especializados do governo sobre descentralização, nomeadamente Albano Macie e Eduardo Alexandre Chiziane. Para tratar dos assuntos militares, o estadista moçambicano decidiu indicar Armando Alexandre Panguene e Ismael Mussa Mangueira. A Renamo, por seu turno, designou e enviou ao Presidente da República os nomes de Saimone Muhambi Macuiana e Maria Joaquina

para tratar da descentralização. André Joaquim Magibire e Leovilgildo Buanancasso são os membros da Renamo que vão tratar dos assuntos militares. Refira-se que na sexta-feira última, Dia dos Heróis Moçambicanos, Nyusi anunciou o fim da fase do diálogo político envolvendo os mediadores internacionais, apelando-os a manifestarem disponibilidade caso voltem a ser solicitados no processo de busca da paz efectiva em Moçambique. Revelou ainda que o diálogo político entre o Governo e a Renamo vai reiniciar brevemente, devendo ser discutidos assuntos militares e a descentralização do país, sem a mediação internacional. (AIM)

## MOÇAMBIQUE E INDONÉSIA FORTALECEM COOPERAÇÃO

Moçambique e Indonésia pretendem fortalecer as relações diplomáticas e de cooperação nos vários domínios, com destaque para a área económica.

Para o efeito, a enviada especial do presidente da Indonésia, Joko Widodo, a ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Retno Lestari Priansari Marsudi, encabeçando uma delegação empresarial, visitou o país esta terça-feira, tendo sido recebido pelo Chefe do Estado moçambicano, Filipe Nyusi, e o Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, para além de participar de um fórum empresarial.

Falando a jornalistas nos encontros de que participou, sobretudo os de cortesia que manteve com o PR e o PM moçambicanos, Retno Lestari Priansari Marsudi, disse que os mesmos serviram para os governos dos dois países manifestarem e reiterar a vontade em fortalecer a cooperação em vários domínios de interesse comum a bem dos respectivos povos, com destaque para as áreas económicas e diplomáticas. Na área económica, a fonte disse que Indonésia é forte e tem experiência que gostaria de partilhar com Moçambique nas áreas de comércio, agricultura, transportes, gás e energia e industrialização, bem como no desenvolvimento da indústria ferroviária.

"A agricultura é uma área com forte potencial para ser desenvolvida em Moçambique e nós podemos colaborar, como país, em pelo menos dois itens, concretamente nas



Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário a ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Retno Lestari Priansari Marsudi

estratégias de industrialização e na capacitação de mão-de-obra", afirmou, a fonte salientando que Moçambique tem potencial para desenvolver e poderá tornar-se num dos pilares do continente africano nos próximos anos. Sobre o sector dos transportes, disse que a Indonésia deseja apoiar Moçambique a apostar nas ligações ferro-portuárias, vitais para o desenvolvimento da economia. Aliás, a fonte revelou que a Indonésia tem trabalhado com 11 países na componente de transporte ferroviário, fornecendo comboios, carruagens e construindo vias férreas. Na componente diplomática, a fonte revelou que as partes vão trabalhar para a facilitação de vistos diplomáticos entre ambos países, bem como ajudar na melhoria da componente de segurança nos passaportes.

Dados da Embaixada da Indonésia em Moçambique in-

dicam que, só em 2015, aquele país asiático investiu cerca de 180 milhões de dólares na área dos hidrocarbonetos, com destaque para o gás natural, através das empresas Besmindo Pemba Semesta, na base logística de Pemba, na província de Cabo Delgado, norte do país, e a Buzi Hydrocarbons Pte Ltd, na província central de Sofala.

No Fórum Empresarial bilateral, onde empresários moçambicanos e indonésios partilharam oportunidades de negócios, o vice-presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), Rogério Samo Gudo, apontou que o país tem potencialidades para o investimento, sobre tudo na indústria mineira, agrícola, transporte marítimo, aéreo e ferroviário

"O Aeroporto Internacional de Nacala, em Nampula, tem potencial para se tornar num hub da zona Este e oriental

de África", sublinhou a fonte, salientando que este permite a fácil ligação as zonas de grande potencial industrial de Moçambique.

A agricultura, cujas exportações representam cerca de 16 por cento da produção nacional, mas com vastas áreas aráveis, é outro potencial adormecido a ser explorado pela Indonésia.

"Apesar do crescimento substancial da produção nos últimos anos, Moçambique continua a ser um importador líquido de produtos agrícolas. Portanto, em termos de oportunidades de investimentos, podem-se enumerar a gestão de recursos naturais, estabelecer fábricas de sementes, fertilizantes e pesticidas e tecnologias de produção modernas", disse.

O responsável apresentou inúmeras oportunidades por explorar nas áreas de hidrocarbonetos, pesca, turismo, entre outras.

Em Inhambane

## DEACTIVADOS CENTROS DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS DE INUNDAÇÕES



O Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) anunciou, há dias, ter desactivado alguns centros que acolhiam vítimas das inundações que abalaram as províncias de Inhambane e Sofala nos últimos dias, sendo quatro no distrito de Govuro, um na cidade de Inhambane, outro na Maxixe e quatro no distrito de Machanga. Segundo explicou o porta-voz do INGC, Paulo Tomás, a desactivação desses centros resultou da redução

dos níveis de precipitação e melhoria das condições nas zonas afectadas.

Para o caso dos distritos afectados na província de Inhambane, a fonte referiu que algumas famílias, que se encontram nos referidos centros de acolhimento, foi lhes atribuídas talhões em zonas seguras, de modo a não retornarem às áreas susceptíveis a inundações para além de quites de abrigo e outros meios, como mantimentos.

Fazendo o balanço da situação das calamidades no país, o responsável indicou

que, até ao momento, pelo menos 47 pessoas morreram devido a fortes chuvas e descargas atmosféricas, com maior enfoque para este último factor.

Desde o início da época chuvosa foram contabilizadas 24 mil casas destruídas na totalidade e 92 mil pessoas afectadas pelas calamidades. Para atender as pessoas afectadas, Paulo Tomás referiu que equipas multisectoriais se encontram no terreno a quantificar e avaliar os danos para a projecção das acções a desenvolver a curto, médio e longo prazos.

A fonte salientou que continua a assistência às vítimas da seca que ainda assola alguns pontos do centro e norte do país, onde a precipitação é fraca.

Por seu turno, Acácio Tembe, chefe do departamento de meteorologia no Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), fazendo avaliação da época chuvosa, afirmou que as zonas sul e centro do país e a província do Niassa, no norte, são as que estão a registar muita precipitação enquanto que em Nampula e Cabo Delgado, há défice. "Chove, mas com baixa



intensidade para a situação climatológica nesta altura do ano", disse, explicando que em relação aos ciclones não há previsão de se atingir o canal de Moçambique.

Já o gestor de informação de recursos hídricos na Direcção Nacional de Águas, Agostinho Vilanculos, explicou que o comportamento das bacias hidrográficas no país é estável, com excepção das que se encontram na região norte do país, em particular em Cabo Delgado, que registam níveis muito baixos comparado ao igual período do ano passado, por falta da chuva.

Assim, nas regiões centro e sul do país, os níveis estão a oscilar com tendência a baixar, sem incluir a bacia do Save que registou um aumento de cerca de 1.800 metros cúbicos por segundo, nos últimos dias,



provenientes do Zimbabwe que atingiu na extensão de Massangena o nível de alerta. Com a simulação feita, chegou-se à conclusão de que a estação de Combomuni, em Gaza, poderá atingir níveis de alerta com impacto nos próximos dias em Chókwè e Xai-Xai.

Face a essa previsão,

recomenda-se às populações nas zonas de risco para tomarem as devidas precauções" – salientou.

Em conversa com a nossa reportagem, a fonte explicou que esforços estão sendo feitos, nas principais barragens, em relação ao nível de armazenamento e a preocupação do momento é

da Hidroeléctrica de Cabora Bassa (HCB) que encontra-se na ordem dos 49 por cento, um nível de armazenamento muito baixo para o que tem sido por estas alturas do ano. O mesmo se verifica com a Barragem dos Pequenos Libombos que, com um incremento de cerca de dois metros cúbicos, não satisfaz a demanda.

"Assim, com as medidas de restrição, pretende-se que até o fim da época chuvosa possamos atingir trinta por cento dos níveis para podermos abastecer a cidade e província de Maputo. Caso isso não aconteça as restrições no abastecimento de água potável vão continuar", disse, salientando que neste momento a solução é apostar na água subterrânea que é considerada a mais resiliente para o fenómeno climático.



PROPRIEDADE DE:  
GABINETE DE INFORMAÇÃO

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,  
Nº 780, 1º andar  
email: jornalmoçambique@gmail.com

#### FICHA TÉCNICA:

Registo Nº 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinques, Lília Mucare, Leonildo Balango

Revisão: Samuel Malumbe

Maquetização: Januário Magaia

# EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS PODE REFORÇAR CRIAÇÃO DE EMPREGOS



A ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Dias Diogo, considera que o avanço dos projectos de exploração de recursos naturais e sobretudo da indústria extractiva pode constituir uma das fontes de criação de mais empregos para os moçambicanos, ao mesmo tempo que é uma oportunidade ímpar para alavancar o sector da agricultura e garantir a segurança alimentar das populações. Falando esta semana, em Maputo, Diogo reconheceu, no entanto, que há desafios que

têm a ver com a fraca oferta da mão-de-obra qualificada em áreas profissionais mais procuradas, mas que tal, num esforço conjunto entre o Governo, o sector produtivo e os parceiros de cooperação pode ser minimizado.

A responsável falava durante uma cerimónia de entrega, ao país, de 420 milhões de dólares norte-americanos, em donativo, pelo Governo de Japão, para a formação profissional virada ao emprego e auto-emprego.

Para contornar a escassez de mão-de-obra qualificada, explicou que o Governo, juntamente com os seus parceiros sociais, tomou a responsabilidade de

reestruturar e modernizar a formação profissional para a garantia da qualidade e que responda aos perfis profissionais demandados no mercado de trabalho, cujo propósito tem em vista preparar os jovens e potenciá-los com conhecimentos e habilidades que os permitam competirem, em pé de igualdade, no mercado de trabalho, numa economia global ou serem capazes de desenvolver iniciativas empreendedoras, criando o seu auto-emprego.

Para o presente ano, o Governo projectou a criação de 281.652 empregos em todas as áreas de actividade, enquanto que no domínio

da formação profissional deverão ser formados 125.890 cidadãos.

Em relação ao ano transacto, descrito como adverso, sobretudo do ponto de vista climatérico e político, foram criados no país 277.647 empregos, contra os 221.612 planificados, dos quais 66.256 foram ocupados por mulheres.

Já para o domínio da formação profissional, foram formados 106.749 beneficiários, maioritariamente jovens, contra os 90.407 planificados, dos quais 34.415 foram do sexo feminino.

## MOÇAMBIQUE REGISTOU AVANÇOS NO COMBATE À CAÇA FURTIVA

– segundo Custódio Banze, da Administração Nacional das Áreas de Conservação



**M**oçambique registou, segundo informações avançadas pela Administração Nacional das Áreas de Conservação, durante o encontro com a contraparte sul-africana, de 2014 a esta parte, significativos avanços no combate à caça furtiva com a criação de uma força policial para a protecção dos recursos naturais e ambiente; formar e colocar, nos distritos em que estão localizados os parques e reservas nacionais, procuradores e juizes para lidar com assuntos relacionados com esta matéria e crimes ambientais. Segundo explicou Custódio Banze, da Administração Nacional das Áreas de Conservação, outros avanços estão

ligados à implementação de programas de diversificação dos meios de subsistência para as comunidades que vivem dentro e nas imediações das áreas trans-fronteiriças do Grande Limpopo e de sensibilização sobre a conservação dos recursos naturais, abrangendo jovens da aldeia de Mavodze, em Gaza, como forma de evitar o seu envolvimento em actividades de caça furtiva.

A fonte falava num encontro que teve lugar há dias em Maputo para avaliar progressos nos esforços que os Governos de Moçambique e África do Sul estão a empreender, visando colocar fim à caça furtiva que assola o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo.

O encontro enquadra-se no



memorando de entendimento assinado pelos dois Estados em 2014, com a finalidade de promover a cooperação na gestão, conservação e protecção dos recursos da fauna e flora, através de um Comité de Gestão Conjunta, envolvendo técnicos dos sectores

de conservação de ambas as partes.

O Comité reúne-se trimestralmente e de forma rotativa para fazer o balanço e definir linhas que devem orientar a implementação das actividades a serem realizadas à luz da cooperação.



## FISCAIS FLORESTAIS FORMADOS EM GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

**T**rês fiscais provenientes do Parque Nacional do Limpopo, na província de Gaza, nomeadamente Eduardo Daniel Ngovene, António Hilário Chemane e Eduardo Jordão Mafume, beneficiaram de bolsas de estudo para frequentar, durante três anos, na Southern Africa Wildlife College, na vizinha África do Sul, um curso avançado em gestão e conservação da natureza.

A escolha desses funcionários resulta de um concurso

lançado ano passado em que fiscais de parques e reservas nacionais podiam apresentar as suas candidaturas para receberem treinamento naquela instituição. Das 14 áreas de conservação existentes no país, apenas o Parque Nacional do Limpopo é que concorreu, tendo apresentado oito candidaturas que foram enviadas para a Southern Africa Wildlife College, na África do Sul, para a avaliação.

Desse número, apenas três candidatos foram apurados

por reunirem requisitos exigidos.

A Southern Africa Wildlife College exigia que os candidatos tivessem, no mínimo, frequentado a 12a Classe e com alguma experiência de trabalho comprovada na área de conservação dos recursos naturais.

Em alguns módulos do curso os funcionários vão centrar os seus estudos nas matérias relacionadas com a sua área de proveniência. Por isso, já levam consigo o plano de ma-

neio, mapa do Parque Nacional do Limpopo e legislação mais relevante que regula as actividades do sector de conservação em Moçambique.

A formação dos funcionários apurados é financiada pelo projecto MozBio e enquadra-se no programa de fortalecimento institucional através da capacitação de recursos humanos, com vista a melhorar a sua capacidade de intervenção em actividades de protecção e conservação da biodiversidade no país.

## Contabilidade e auditoria

# EXERCÍCIO SEM INSCRIÇÃO NA ORDEM PODERÁ SER CRIME

O exercício da actividade contabilística e de auditoria de contas por profissionais não inscritos na Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM) poderá ser penalizado criminalmente no país, conforme avançou, esta quarta-feira, o secretário-geral desta agremiação, Gildo Cossa.

A fonte falava em entrevista ao "Jornal Moçambique" no âmbito das celebrações do dia nacional deste grupo profissional, referiu que no país há muitas empresas de contabilidade e auditoria, bem como profissionais que exercem esta actividade sem inscrição na ordem e, por conseguinte, sem a devida certificação, o que é ilegal e constitui crime.

Nas suas contas dentro de cinco a seis meses, findo o período de mobilização e de graça dado às empresas e pessoas que operam neste ramo, vai se accionar a procuradoria para criminalizar os infractores.

"Os últimos três anos foram de sensibilização dos profissionais e pensamos que nos próximos cinco a seis meses vamos iniciar com a obrigatoriedade da filiação e caso alguém não se registre teremos de processá-lo. A prática ilegal da profissão é crime. Vamos ter que iniciar com um processo de queixa à procuradoria para criminalizar os que não obedecem as leis", defendeu.

A fonte explicou que a filiação dos membros à OCAM é um dos grandes desafios de que depara desde a sua criação em 2012, por isso estamos a trabalhar na sensibilização dos profissionais

para filiação, mas também da sociedade para passar a requerer serviços de entidades certificadas na ordem.

"A OCAM tem na sua página web a lista de todos os profissionais certificados para exercício de actividades nas áreas de contabilidade e auditoria de modo a que a sociedade recorra a eles e não aos que não credenciais validados", referiu.

Por outro lado, segundo a fonte, a OCAM está em processo de filiação na Federação Internacional de Contabilistas e Auditores (IFAC), o que requer que todos os contabilistas que operam no país sejam reconhecidos e certificados.

Sobre o estágio deste processo, o secretário-geral da OCAM explicou que já estão numa fase adiantada do cumprimento das recomendações deste organismo internacional, de entre elas a criação da comissão de normalização contabilística,

instituição de exame de admissão e estágio profissional.

"Ao nível do colégio de auditores já iniciamos com os exames, falta incrementar para o colégio dos contabilistas, para seguirmos com a implementação de estágios profissionais para admissão", disse, salientando que também está em curso um trabalho de criação da comissão para o controlo de qualidade, cujo regulamento está na fase de aprovação para posterior publicação.

"Acreditamos que até 2018 teremos reunido maior parte dos requisitos recomendados e poderemos ser admitidos ao IFAC", referiu Cossa. Sobre as desvantagens da não filiação da OCAM ao IFAC, a fonte referiu que uma delas é a falta de reconhecimento internacional dos nossos profissionais, em caso de solicitação para trabalhar em companhias internacionais, mesmo operando no país.

"Sem a filiação ao IFAC, a es-

crita feita por contabilistas nacionais em companhias internacionais não é aceite. E isso obriga a que as multinacionais contratem contabilistas que provem de ordens filiadas a este organismo", explicou.

A filiação a esta federação vai permitir a mobilidade dos profissionais moçambicanos e exercício da profissão em qualquer canto do mundo e companhia.

A OCAM conta com cerca de 4.500 profissionais filiados, na sua maioria contabilistas. No âmbito da celebração do dia do contabilista, pelo segundo ano, a organização realizou diversas actividades, desde a deposição de flores na Praça dos Heóis Moçambicanos, entrega de donativos, debates, feira de emprego e estágios, para além do lançamento do livro "Guia do Imposto sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas (IRPC)", entre outras actividades.

